

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000

Giovanni ALVES¹

■ **RESUMO:** O objetivo do texto é expor os elementos da nova morfologia do trabalho organizado no Brasil no contexto sócio-histórico da reorganização do capitalismo. Para isso, são apresentados alguns indicadores do mercado de trabalho nas duas últimas décadas, enfatizando-se as principais características do processo de precarização do trabalho vivenciado no país. Se na década de 1990 o crescente desemprego e a informalização das relações de emprego foram a tônica do mundo do trabalho no Brasil, na década de 2000, principalmente a partir de 2003, é a natureza flexível do emprego e da organização do trabalho que se torna a tendência dominante, potencializada pelo cenário de expansão da economia capitalista.

■ **PALAVRAS-CHAVES:** Capitalismo brasileiro. Mercado de trabalho. Precarização. Desemprego.

O objetivo deste artigo é expor alguns elementos da nova morfologia do trabalho organizado no contexto sócio-histórico da reorganização do capitalismo brasileiro. Este novo período da história da economia brasileira foi denominado por alguns autores como período do “neodesenvolvimentismo” em contraposição ao que foi considerado como um período neoliberal vigente nos governos de Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso (1990-2002). Nesse sentido, o “neodesenvolvimentismo”

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências – Departamento de Sociologia e Antropologia. Marília – SP – Brasil. 17526-900 – giovanni.alves@uol.com.br

abrangeria o período relativo aos dois governos de Lula da Silva (2003-2010)².

Apresentaremos alguns indicadores do mercado do trabalho neste período, buscando identificar as tendências de desenvolvimento da precarização do trabalho no Brasil. Sempre que possível, utilizaremos dados da Região Metropolitana de São Paulo, uma das mais dinâmicas regiões industriais do país. A título de ilustração, nos deteremos em três importantes categorias de trabalhadores assalariados que na década expressaram, em si, as tendências contraditórias da nova precariedade salarial (metalúrgicos, bancários e operadores de telemarketing). Para que possamos apreender as tendências objetivas do mercado de trabalho, salientaremos também algumas estatísticas sociais que dizem respeito aos jovens operários e empregados do novo e precário mundo do trabalho no Brasil.

O “modelo neodesenvolvimentista” caracteriza-se por duas vertentes. Por um lado, tem-se o Estado financiador que, utilizando recursos do BNDES, exerce o papel de indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores considerados estratégicos. Por outro, tem-se o Estado investidor responsável pelo investimento em mega-obras de infra-estrutura que se manifesta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, diferentemente do “nacional-desenvolvimentismo” tradicional, o Estado não é o proprietário de empresas, mas se torna a principal alavanca para criar gigantes privados que tenham capacidade de disputa no mercado interno e internacional.

O “nacional-desenvolvimentismo” que emerge na década de 2000 no Brasil, sob os governos Lula, assemelha-se mais ao período JK – referência a Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961 – do que à Era Vargas, ou seja, o Estado presta-se antes de tudo ao fortalecimento do capital privado. Com o governo JK se deu a formação do tripé Estado, empresas estrangeiras e empresas nacionais. O papel do Estado foi o de responder às demandas de infraestrutura, de energia e logística para atender aos interesses do capital privado nacional e transnacional. Foi o que procurou realizar JK e é o que fez Lula tendo no Programa de Aceleração da Economia (PAC) a sua síntese. Destaque-se ainda que ao lado do “Estado financiador” e do “Estado investidor”, tem-se o “Estado Social”.

² Não nos interessa discutir neste ensaio o conceito de “neodesenvolvimentismo” ou “novo-desenvolvimentismo”. Para uma crítica do conceito, leia-se Veiga (2006). Para uma exposição da ideia do novo-desenvolvimento no Brasil, leia-se IPEA (2010).

Assiste-se à retomada do papel do Estado como provedor de políticas sociais, sobretudo de mitigação da pobreza, dentre as quais o Bolsa-Família é a mais emblemática.

O período do “neodesenvolvimentismo” que salientamos neste ensaio, abrange o período histórico dos governos Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010). É um período de expansão capitalista no País onde se retoma, em termos relativos, o crescimento da economia, principalmente a partir de 2007. Ao mesmo tempo, é sob o período “neodesenvolvimentista” no Brasil que se consolida o espaço-tempo do novo (e precário) mundo do trabalho, isto é, a nova condição salarial de cariz flexível caracterizada pelos traços da redundância e intermitência laboral. Ela decorre não de aspectos conjunturais da dinâmica capitalista, mas sim, de um processo estrutural de precarização do trabalho que emerge com o novo regime de acumulação – a “acumulação flexível” (HARVEY, 1992).

É na década de 2000 que se explicitam com maior amplitude e intensidade as principais determinações da nova condição salarial do novo capitalismo que emerge no Brasil. Mesmo sob a era “neodesenvolvimentista”, a dinâmica laboral originária na década neoliberal, que constituiu o novo (e precário) mundo do trabalho, persiste, assumindo, é claro, novas formas de ser. Assim, se na década de 1990, o crescente desemprego aberto e informalização das relações de emprego caracterizavam o mundo do trabalho no Brasil, na década de 2000, principalmente a partir de 2003, é a natureza flexível do emprego e organização do trabalho que irá caracterizá-lo num cenário de reorganização (e expansão) do capitalismo brasileiro.

Reorganização capitalista e mercado do trabalho no Brasil

O Brasil viveu na última metade da década de 2000 um período de expansão e reorganização do capitalismo brasileiro com impactos candentes no mercado de trabalho. Explicita-se um novo mundo do trabalho que, em seu bojo, expõe traços salientes de uma nova precariedade salarial.

Primeiro, no período de 2003-2010, observamos a retomada do crescimento do PIB. Em 2004, o PIB cresce 5,71%, caindo em 2005 para 3,16%; e voltando a crescer em 2006 e 2007, com 3,97% e 5,67%, respectivamente. Em 2008, o Brasil ainda cresce 5,08%,

sendo que em 2009, o crescimento é abatido pela crise financeira global, tendo, entretanto, perspectivas notáveis de recuperação em 2010.

Tabela I
Taxa anual de crescimento do PIB (%) 1996-2009

Brasil

Ano	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
PIB	2,15	3,38	0,04	0,25	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,97	5,67	5,08	-0,2

Fonte: IPEADATA

A movimentação de pessoal nos setores de atividade da economia brasileira acompanhou a dinâmica de crescimento do PIB expressando a recuperação do mercado de trabalho. Por exemplo, a indústria de transformação cujo pessoal empregado vinha decrescendo até 2003, com um saldo entre admitidos e desligados de 128.791, em 2004 tem um crescimento extraordinário – salta para 504.610 (refletindo o PIB de 5,71% de 2004, o maior PIB da década). Entretanto, cai logo a seguir, em 2005, para 177.548 e depois, volta a crescer em 2006 e 2007, chegando até 394.584. Com a crise financeira de 2008, o saldo entre admitidos e desligados na indústria de transformação volta a cair, de forma significativa, para 178.675. Não temos dados para os anos de 2009 e 2010, mas com a retomada da economia brasileira nestes anos, é provável que o saldo entre trabalhadores admitidos e desligados tenha tido crescimento significativo. O que demonstra que, a indústria de transformação é sensível às oscilações de crescimento da economia brasileira, expressando isto no crescimento do pessoal efetivamente empregado. O mesmo ocorre com outros setores de atividade como, por exemplo, o comércio e serviços.

A evolução do saldo de empregados admitidos e desligados no comércio, por exemplo, acompanha a indústria de transformação, embora suas quedas e recuperação não tenham sido tão expressivas, com exceção do ano de 2004, um ano atípico, como vimos no caso da indústria de transformação. No comércio o saldo de admitidos e desligados oscilou para cima, de 225.908, em 2003, para 403.940 em 2004, caindo para 389.415, em 2005, um patamar de pessoal empregado que se mantém, oscilando um pouco para cima e para baixo, até 2008, mesmo com a crise

financeira de 2008. Por exemplo, em 2008, quando a indústria de transformação tem uma queda expressiva na movimentação de pessoal, o comércio tem uma ligeira queda para 382.218, um pouco menor do saldo de 2007, quando atingiu o maior índice da década de 2000: 405.091. Impulsionado pelo consumo de massa, alimentado pelo crédito fácil, o comércio resistiu melhor que a indústria de transformação ao escorregão da crise financeira de 2008.

No caso dos serviços, a movimentação de pessoal empregado resiste às oscilações do PIB da economia brasileira. Deste modo, o saldo entre admitidos e desligados cresce de forma significativa no atípico ano de 2004 (de 260.265 em 2003, salta para 460.123 em 2004 e depois, 569.705 em 2005) e mantém o patamar de crescimento sustentável até 2008 (com exceção da ligeira queda em 2006, quando oscilou para baixo em 521.609). Em 2008 o setor de serviços é o único setor de atividade da economia brasileira – ao lado da construção civil – que não reduz o saldo de empregados admitidos e desligados por conta da crise financeira de 2008.

A construção civil é o caso expressivo dos impactos do neodesenvolvimentismo na movimentação de pessoal empregado nos setores da economia brasileira. Ele começa a década de 2000 com um saldo negativo de -29.425 entre pessoal admitido e desligado (em 2002), saldo negativo que cresce de modo significativo em 2003 (-48.155) para depois, a partir de 2004 (com 50.763), mas principalmente 2007 (com 176.755) crescer de modo progressivo (em 2008 atinge o patamar de 197.868 de saldo positivo entre admitidos e desligados). Deve-se observar que a construção civil, como o comércio, é um setor de atividade da economia brasileira com altas taxas de rotatividade da força de trabalho. Apesar disso, no balanço da década de 2000, o saldo entre operários e empregados admitidos e desligados na indústria de transformação, comércio, serviços e construção civil é deveras positivo, tendo crescimento expressivo nos vários setores da atividade da economia brasileira.

Os casos excepcionais são os setores da administração pública e o setor de agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca. No setor da administração pública, o saldo entre admitidos e desligados mantém-se num patamar errático no decorrer da década de 2000, não acompanhando o ciclo de crescimento do PIB da economia brasileira, mas sim o ciclo político e a política de contratação de pessoal do setor público; por exemplo, de

2002 a 2004, ocorre uma queda significativa na movimentação de pessoal. O saldo entre admitidos e desligados volta a crescer, por conta do novo governo, em 2005, com o maior saldo da década de 2000: 21.529. Em 2006, o saldo volta novamente a decair para 8.253, recuperando-se em 2007 com 15.252 (com a reeleição de Lula). Em 2008, o saldo entre admitidos e desligados volta a cair para 10.316.

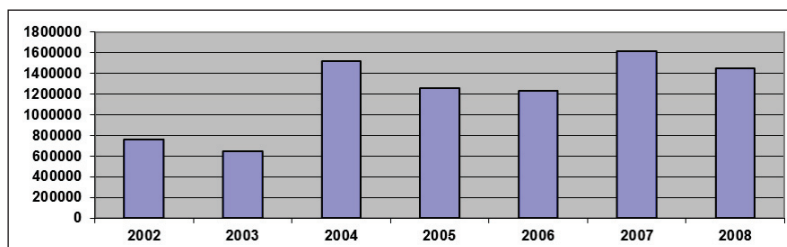
No setor de agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca, a evolução do saldo é descontínua e descendente. A oscilação descendente do saldo entre empregados admitidos e desligados é perceptível principalmente a partir de 2005, diferentemente dos outros setores da atividade da economia brasileira – com exceção do setor de extração mineral, até 2004, o saldo cresce de forma expressiva, de 40.579, em 2002 para 79.274, em 2004. Em 2005, ocorre uma queda abrupta para – 2.878, recuperando-se em 2006 (6.574) e 2007 (21.093), com uma ligeira queda em 2008 (18.232).

Gráfico I

Movimentação de pessoal nos setores de atividades

(Saldo entre admitidos e desligados)

Brasil



Fonte: MTE, (CAGED, apud DIEESE, 2009)

Dados referentes aos trabalhadores com vínculos empregatícios com base na CLT

O que podemos observar no Gráfico I é que a movimentação de pessoal nos vários setores da atividade da economia brasileira na década de 2000 foi positiva, expressando uma recuperação do mercado de trabalho por conta da retomada do crescimento do PIB. Entretanto, o saldo positivo entre admitidos e desligados não expressa a qualidade do emprego. Pelo contrário, a alta taxa de rotatividade de força de trabalho mantém-se nos vários setores da atividade da economia brasileira, demonstrando que a

recuperação do mercado do trabalho pode ocorrer *pari passu* com a persistência da precarização laboral.

Por exemplo, a recuperação do emprego na Região Metropolitana de São Paulo, uma das regiões mais dinâmicas da economia brasileira, é acompanhada pela estagnação relativa do rendimento médio real dos trabalhadores assalariados (de 2005 a 2008), apesar da lenta recuperação da massa de rendimentos reais, conforme nos mostra a Tabela II. A massa de rendimentos reais se recupera de 2005 a 2008, passando de um patamar de 81,9 para 89,8, tendo em vista o crescimento do pessoal empregado (como observamos, o emprego tem um crescimento expressivo de 116,8 para 127,2). Entretanto, como as ocupações criadas são empregos de baixo salário e vulnerável à rotatividade da força de trabalho, o rendimento médio real tende a estagnar-se (de 70,1 em 2005 para 70,6 em 2008). O que demonstra que o crescimento da economia brasileira no período, não significou alterações significativas na qualidade do emprego gerado, apesar do efeito macroeconômico positivo dado pelo crescimento relativo da massa salarial.

Tabela II

**Índice do emprego, do rendimento médio real e da
massa de rendimentos reais dos ocupados**

(média 1998=100)

Região Metropolitana de São Paulo

Ano	2005	2006	2007	2008
Emprego	116,8	118,8	121,6	127,2
Rendimento médio real	70,1	70,8	70,6	70,6
Massa de rendimentos reais	81,9	84,1	85,8	89,8

Fonte: DIEESE/Seade, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (apud DIEESE, 2009)

A morfologia social do desemprego

Por conta da nova dinâmica da economia brasileira na última metade da década de 2000, ocorre a diminuição, em termos relativos, das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas no Brasil, principalmente a partir de 2004, com o crescimento moderado do PIB.

Deste modo, em 2005, na Região Metropolitana de São Paulo, o desemprego total cai para 16,9; em 2006, tem uma leve queda para 15,8%; em 2007, cai mais ainda para 14,8%; e em 2008, 13,4%, a menor taxa de desemprego total da década de 2000. Por conta da crise financeira global, em 2009, a taxa de desemprego total tem um leve crescimento (para 13,8%).

Entretanto, é importante observar que a taxa média de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo na última metade da década de 2000, quando se observam as menores taxas de desemprego total da década (14,94%), ainda está acima da taxa média de desemprego total observada na primeira metade da década de 1990 (13,78%).

A análise desagregada do desemprego total no período de 2005 a 2008 – desemprego aberto e desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento – mostra que o desemprego aberto teve uma queda discreta no período (apenas 1.3 percentual em quatro anos, sendo que, só conseguiu ter uma queda significativa abaixo de 1 ponto percentual quando o PIB deu um salto para cima de 1.7 percentuais). O mesmo acontece com o desemprego oculto por desalento, que permanece estável nos dois primeiros anos da série, tendo uma pequena queda de 0.3 e 0.1 apenas quando o PIB teve um crescimento mais expressivo e sustentável. O desemprego oculto pelo trabalho precário teve uma queda mais progressiva no período (1.7 percentual, acima, portanto, do desemprego aberto), acompanhando o crescimento do PIB³.

³ Segundo o DIEESE (2009), o *desemprego aberto* é composto pelas pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; o *desemprego oculto pelo trabalho precário* é composto pelas pessoas que realizam trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; e o *desemprego oculto pelo desalento* é composto pelas pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

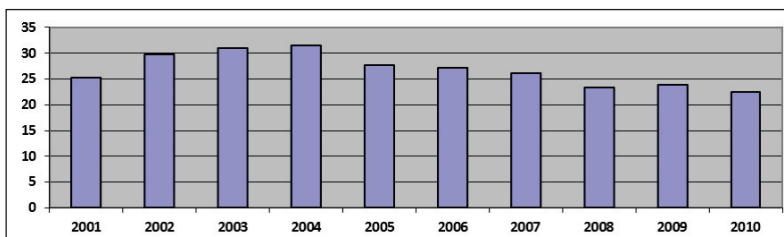
Tabela III
Índice do PIB/Brasil e dos tipos de desemprego
 Região Metropolitana de São Paulo

	2005	2006	2007	2008
PIB – Brasil	3,16	3,97	5,67	5,08
Desemprego Aberto	10,5	10,4	10,1	9,2
Desemprego Oculto pelo Desalento	1,5	1,5	1,2	1,1
Desemprego Oculto pelo Trabalho precário	4,8	3,9	3,5	3,1

Fonte: DIEESE/SEADE, PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (apud DIEESE, 2009)

O desemprego afeta com mais intensidade os jovens que os adultos. Mas a partir de 2005 é perceptível uma lenta queda dos índices de desemprego juvenil na Grande São Paulo. No entanto, as taxas de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos no final da década de 2000 ainda estão em patamares alarmantes, principalmente se considerarmos que, nesta faixa etária, muitos jovens são responsáveis por uma boa parcela da renda familiar.

Gráfico II
Taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos
 Região Metropolitana de São Paulo
 (2000-2010)



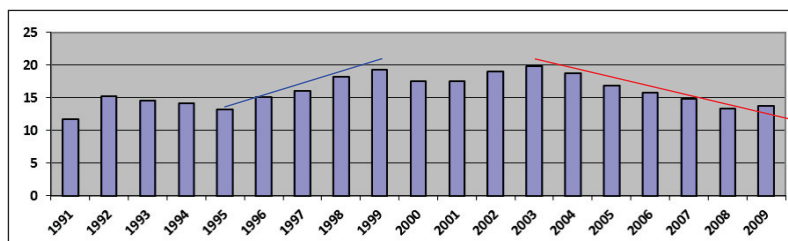
Fonte: PED (índices no mês de maio) /SEADE/DIEESE (apud DIEESE, 2009)

Apesar da melhoria relativa nos indicadores de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo, na década de 2000 (a partir de 2003), não se conseguiu ainda reverter o nível de degradação do trabalho ocorrida a partir de 1995 na metrópole paulista. Por exemplo: a menor taxa de desemprego total da

década de 2000 – 13,4%, alcançada em 2007 quando o PIB atingiu 5,67% (vale dizer, a maior taxa de crescimento do PIB da década), foi levemente superior à terceira menor taxa de desemprego total da década de 1990 (13,2%), alcançada em 1995, quando o PIB brasileiro registrou seu segundo maior índice na “década neoliberal” (4,42%).

Gráfico III

Taxa de Desemprego Total
Região Metropolitana de São Paulo

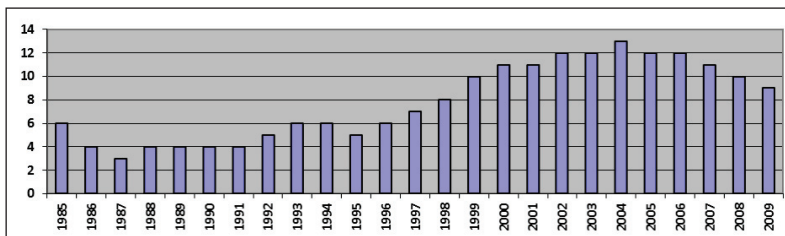


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)/IBGE (apud DIEESE, 2009)

Mas é a leitura do tempo médio despendido na procura de trabalho na região metropolitana de São Paulo que expõe a persistência relativa da precarização do trabalho na década de 2000. Por exemplo, apesar do declínio da taxa de desemprego total em 2008 e 2009 (13,4% e 13,8%, respectivamente), o tempo despendido na procura de emprego caiu apenas para 10 e 9 meses, respectivamente. Portanto, o menor tempo médio despendido na procura de trabalho na década de 2000, ocorrido em 2008 e 2009, recupera tão-somente os índices de tempo médio de 1998 e 1999, quando o PIB cresceu apenas 0,04 e 0,25% e a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo, 18,2 e 19,3, respectivamente.

Gráfico IV
Tempo médio despendido na procura de trabalho
(em meses)
(1985-2009)

Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: DIEESE (2009)

Numa série histórica mais ampla, a leitura do tempo despendido na procura de emprego demonstra a vigência da precarização estrutural do trabalho dada pela intermitência e redundância da força de trabalho no Brasil, como atesta o crescimento do tempo médio despendido na procura de emprego a partir da última metade da década de 1990. Deste modo, na tabela IV verificamos a inflexão ocorrida na dinâmica do mercado de trabalho a partir de meados da década de 1990 – a década neoliberal – onde o tempo médio despendido na procura de emprego aumenta de modo significativo (a escalada de aumento começa no período 1995-1999, quando o tempo médio despendido na procura de emprego aumenta para 7,2 meses – na primeira metade da década era de 5 meses e na última metade da década de 1980 era de 4,2). Mesmo na segunda metade da década de 2000, sob o signo do neodesenvolvimentismo, quando o PIB teve um crescimento mais significativo, não se conseguiu reduzir de modo expressivo o tempo médio despendido na procura de emprego (ocorreu uma redução de 1 ponto percentual relativa a primeira metade da década de 2000).

Tabela IV

Tempo médio despendido na procura de emprego

Região Metropolitana de São Paulo

(em meses)

1985-1989	4,2
1990-1994	5
1995-1999	7,2
2000-2004	11,8
2005-2009	10,8

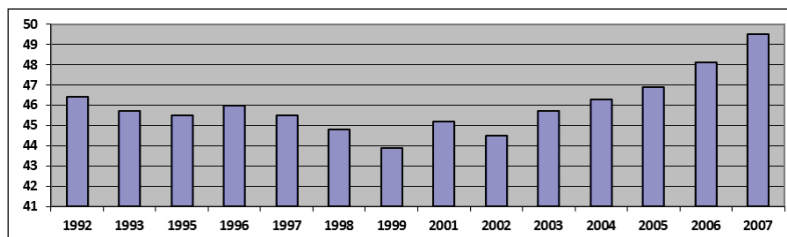
Mas é o crescimento da taxa de formalização das relações de emprego no País na década de 2000 que aponta uma nova dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Talvez seja o dado mais positivo do mercado de trabalho a partir de 2003, como nos demonstra o Gráfico V.

Deve-se observar que a taxa de formalidade não é composta apenas pela participação dos trabalhadores com carteira assinada, mas sim pelos trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total.

Gráfico V

Taxa de Formalidade ⁽¹⁾

(16 a 64 anos) em %



Fonte: IBGE/PNAD (apud OIT, 2009).

(1) Corresponde à participação do somatório dos trabalhadores com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total.

Ora, o crescimento da taxa de formalidade de 2003-2007 se explica por uma série de elementos contingentes que não significam, a rigor, uma mudança categórica na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Por exemplo, no início da década de 2000, foram tomadas diversas iniciativas legislativas e ações de governo voltadas para a formalização do vínculo empregatício, inclusive utilizando o recurso da flexibilização dos estatutos salariais para permitir a contratação formal (como iremos verificar adiante quando tratarmos da flexibilização das relações de trabalho no País).

Outro dado é a Lei nº. 11.324, de 19 de julho de 2006, que garantiu o emprego de carteira assinada para as empregadas domésticas (existem hoje cerca de 7 milhões de empregados domésticos no Brasil, e apenas 27% têm carteira assinada). Além da formalização de trabalhadores domésticos, cresceu na década de 2000, principalmente a partir de 2004, o emprego público, isto é, a contratação de funcionário público estatutário.

Por exemplo, de acordo com estudo do IPEA, entre 1995 e 2002, houve “um crescimento bem modesto” do estoque de empregos públicos no País. O crescimento médio anual foi de apenas 1,55%, ante a média anual de 3,63% entre 2003 e 2007. Temos também na década de 2000, o movimento para a formalização dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que passaram, deste modo, a contribuir para a previdência social.

Por outro lado, o aumento da taxa de formalidade do emprego no Brasil na última metade da década de 2000 reflete o crescimento dos efetivos de operários e empregados contratados na indústria e serviços (vide Gráfico I). É o caso, por exemplo, da indústria metalúrgica, dos bancos e dos *call centers*, que na década de 2000 registraram o crescimento de seus operários e empregados contratados.

Metalúrgicos

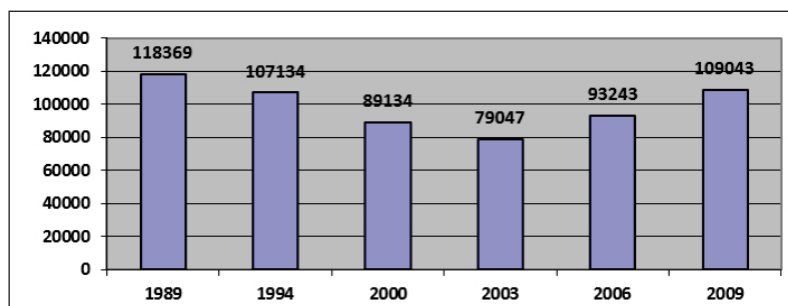
Em 2010, os metalúrgicos do ABC paulista já somam 100,8 mil trabalhadores na base sindical de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Só no primeiro semestre de 2010, 3,5 mil metalúrgicos foram contratados pelas empresas na região. O número de postos de trabalho criados no período se iguala ao recorde de 102,9 mil vagas registrado em

2008. Mantido o ritmo de contratações, o emprego metalúrgico no ABC de 2010 será o maior em 15 anos. A expansão do emprego metalúrgico ocorre no cenário de reorganização do capitalismo brasileiro e perspectivas de crescimento da economia nacional nos próximos anos.

Gráfico VI

Número de metalúrgicos – base sindical do ABC paulista

Indústria Automotiva



Fonte: ANFAVEA

No caso singular da indústria metalúrgica no ABC paulista a retomada dos investimentos na década de 2000 e a ampliação do emprego metalúrgico na região, principalmente na indústria automotiva, decorreram da sedimentação do modelo flexível de acumulação de capital instaurado na década de 1990 nas montadoras, que permitiu a manutenção da competitividade industrial na região. O modelo de acumulação flexível construiu-se com políticas de desenvolvimento regional de cariz concertativo articuladas na região no decorrer da década de 1990, diante do espectro da desindustrialização. O “modelo flexível” é caracterizado pelas variáveis de flexibilidade externa e flexibilidade interna que garantiram a manutenção da competitividade na Indústria Automobilística brasileira (o sexto maior produtor automotivo do mundo capitalista).

Quadro I

Variáveis do Modelo de Acumulação Flexível

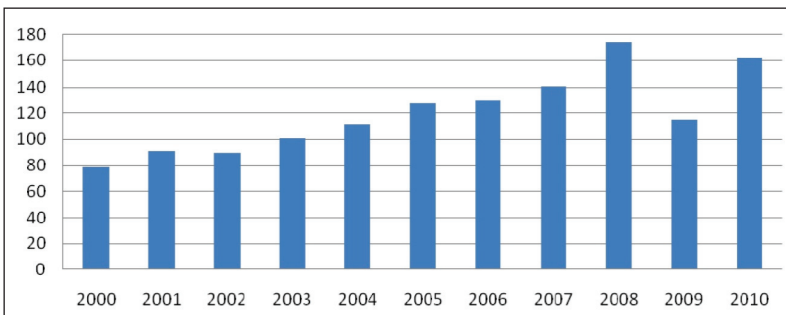
VARIÁVEL POLÍTICA FLEXIBILIDADE EXTERNA	VARIÁVEL TECNOLÓGICA FLEXIBILIDADE INTERNA
Contexto das Relações de Trabalho	Formas de Organização dos Sistemas Produtivos
Atuação Sindical	Formas de gestão do trabalho
Incentivos Fiscais	Formas de Organização do Trabalho

É claro que, por si só, o modelo de acumulação flexível não seria suficiente para propiciar a retomada da indústria automobilística no ABC paulista. A conjuntura de crescimento da economia brasileira, principalmente na última metade da década de 2000, contribuiu de forma decisiva para alavancar investimentos e garantir a expansão do emprego metalúrgico na região.

No decorrer da década de 2000, a produção de veículos automotores no Brasil tem um crescimento significativo, principalmente a partir de 2003; em 2009, tem uma queda brusca, por conta da crise financeira global. Entretanto, em 2010, volta a crescer puxada pelas perspectivas de crescimento da economia (os incentivos fiscais por conta da política anticíclica garantiram a retomada da produção industrial).

Gráfico VII

Produção de Veículos Automotores no Brasil (2000-2010)



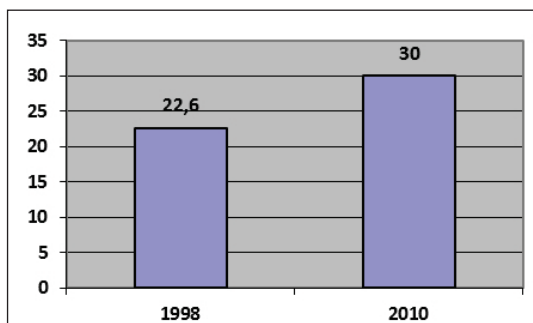
Fonte: CNM/CUT-DIEESE

A recomposição de coletivos operários em locais de trabalho reestruturado indica a constituição de um novo trabalhador coletivo do capital que emerge na década de 2000. Não apenas as relações sindicais – isto é, uma atuação sindical de cariz concertativo no contexto de flexibilização das relações de trabalho – evoluíram no ABC paulista, como também mudou o perfil dos metalúrgicos por conta das transformações produtivas ocorridas nas grandes empresas industriais que exigiram um operário capaz de adaptar-se à produção flexível, isto é, exercer mais de uma função (multifuncionalidade) e lidar com as novas tecnologias informacionais. Por isso, em 2010, quase 30% dos operários metalúrgicos têm hoje entre 18 e 29 anos, segundo um levantamento da subseção do Departamento de Estatística e Estudos Intersindicais (DIEESE), em 1996, eram 22,6% da categoria metalúrgica. Isso significa quase um terço da categoria dominada pela denominada “geração Y”. Segundo alguns autores, “geração Y” é a denominação utilizada para caracterizar os jovens nascidos na década de 1980 e 1990, contemporâneos da revolução digital e que são inquietos e querem crescer rápido na carreira. São especialistas em lidar com tecnologia, usam mídias sociais com facilidade, sabem trabalhar em rede e estão sempre conectados. Mas se preocupam com o mercado de trabalho altamente competitivo e buscam cada vez mais a formação superior e o ingresso na carreira pública como passaporte para a estabilidade profissional (TAPSCOTT, 1999).

Gráfico VIII

Crescimento de jovens metalúrgicos na base sindical do ABC paulista

(em % da categoria metalúrgica)



Fonte: SMSBC/DIEESE

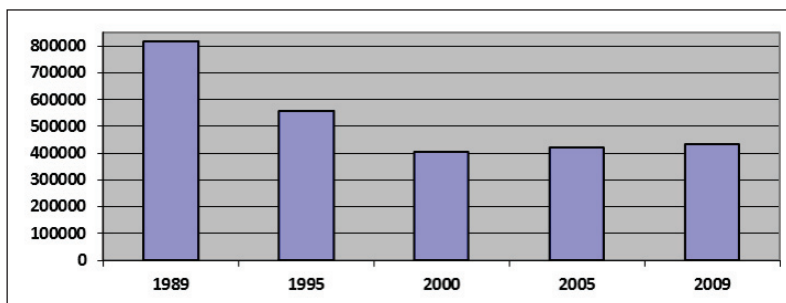
Além disso, alterou-se o perfil de escolaridade da categoria metalúrgica do ABC paulista. Por exemplo, em 1996, apenas 13,5% tinham o segundo grau completo, em 2006, dado mais recente do DIEESE, esse percentual atinge 40,6%. O índice de metalúrgicos com ensino superior sobe também de 8%, em 1996, para 14%, dez anos depois.

Bancários

A categoria dos empregados bancários teve na década de 2000 um pequeno crescimento, depois do drástico enxugamento da categoria ocorrido na década de 1990, por conta da reestruturação produtiva com a crescente automação, *downsizing* e terceirização; além da privatização de bancos públicos estaduais e a concentração do capital bancário no País (no decorrer da década de 1990 ocorreu uma redução de pouco mais de 50% da categoria bancária no País).

Entretanto, no decorrer da década de 2000, o setor bancário não conseguiu recuperar o nível de ocupação formal, como ocorreu, por exemplo, com a categoria metalúrgica. Segundo o DIEESE (2009), enquanto os empregos formais no Brasil cresceram em média 4,6% a.a., entre 1999 e 2005, a taxa média de crescimento no setor bancário foi de apenas 0,8% ao ano. Além disso, uma parcela expressiva da atividade bancária tem sido transferida para outros segmentos não-bancários, que praticam atividades do ramo financeiro inibindo, com isso, a geração de postos de trabalho nos bancos. Entre os segmentos destacam-se: os correspondentes bancários, as parcerias entre bancos e redes de varejo, mais a atuação das financeiras de crédito, entre outros. Os trabalhadores que se inserem nesses segmentos não são considerados bancários, embora desempenhem atividades similares a estes.

Gráfico IX
Evolução do Emprego Bancário no Brasil
(1989-2009)



Fonte: FEBRABAN/CAGED/DIEESE

No bojo do processo de enxugamento da categoria bancária ocorrido na década de 1990, é possível perceber algumas tendências que iriam se afirmar na década de 2000. Por exemplo, constatou-se um progressivo envelhecimento entre os ocupados no setor (a participação de jovens bancários na faixa de 18 a 24 anos passou de 38 para 30%, entre 1988 e 1993; enquanto a participação dos ocupados na faixa de 31 a 39% passou de 20 para 27% no mesmo período); e uma diminuição drástica, embora relativa, da taxa de rotatividade no setor bancário (de 2% em 1989 para 1,3% em 1995); e um aumento da proporção daqueles que permanecem nos bancos por mais de três anos (de 43%, em 1989, para 58%, em 1993). Além disso, no período, cresceu a proporção de ocupados com curso superior (de 30 para 41%), associado ao crescimento de ocupações que exigem maior responsabilidade e/ou qualificação.

Operadores de Telemarketing

Os serviços de *call center* se popularizaram no país na década de 1990, quando se ampliaram o número de linhas telefônicas e as táticas de comunicação direta – o telemarketing – de diferentes companhias. O grande boom do setor ocorreu depois da privatização da Telebrás, em 1998, quando se ampliou o acesso à linhas fixas e móveis. Em 11 anos, os “acessos telefônicos” passaram de 24,5 milhões para 211 milhões, com 41 milhões de

aparelhos fixos e 170 milhões de celulares. Foi na década de 1990, que grande parte das empresas de telemarketing surgiu.

A categoria de trabalhadores em *call centers* – os operadores de telemarketing – teve nos últimos vinte anos um crescimento exponencial por conta da expansão da indústria do telemarketing. Segundo a ABT – Associação Brasileira de Telesserviços, o telemarketing “é toda e qualquer atividade desenvolvida através de sistemas de telemática e múltiplas mídias, objetivando ações padronizadas e contínuas de marketing”. A média de crescimento do setor de telemarketing na década de 2000 foi de 134% ao ano.

A atividade de telemarketing é cada vez mais difundida nos mais diversos setores da economia brasileira. A partir do ano 2000, as centrais de telemarketing foram substituídas pelos “Call Centers”, onde a internet permite que as empresas estabeleçam uma comunicação com seus clientes através de diversos canais, chamados de “Contact Center” ou Centrais de Relacionamento, com a finalidade de conquistar e fidelizar cada vez mais clientes. Essa mudança aumentou a aplicabilidade do uso do telefone, que passou também a atuar como assistência técnica, agendamento de visitas para vendedores, retenção, cobrança, pós-vendas, consultas, dentre outras (VENCO, 2009).

O setor de telemarketing é um dos setores da economia que mais cresce a cada ano, liderando a criação de postos de trabalho. Em 2010, o setor emprega cerca de 850 mil trabalhadores em todo o Brasil. Com previsão de que, até o fim deste ano, este número deve chegar a 1 milhão a 1,2 milhão. Só no estado de São Paulo são 380 mil operadores de telemarketing e na Região Metropolitana da capital, 250 mil.

A presença de jovens empregados no setor de telemarketing é bastante significativa: 70% dos empregados no telemarketing têm de 18 a 26 anos e 76% são mulheres. A maioria é composta por estudantes universitários que não vêem a sua atividade laboral como carreira profissional, mas apenas como um trabalho provisório. Para muitos deles, o trabalho como operador de telemarketing é o primeiro emprego – segundo a PNAD de 2005, 45% dos jovens tem sua primeira experiência de trabalho no setor de telemarketing.

Outra característica do setor de telemarketing é a alta rotatividade da força de trabalho (*turn over*). Os que não atingem as metas da empresa, são eliminados, sendo substituídos pela força de trabalho disponível no mercado. Segundo dados do

Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing, o tempo médio de permanência no emprego é de 3 a 7 anos.

Quadro II

Ranking das Maiores Empresas da Indústria de Telemarketing no Brasil

Número de Empregados

(2005-2010)

NOME DA EMPRESA	2005	2010
Atento (SP)	52.000	75.000
Contax (RJ)	49.554	78.200
Dedic (SP)	16.065	22.000
Teleperformance	15296	8.500
CSU	10.227	8.775

Fonte: Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)

Década de 2000: a reorganização do capitalismo brasileiro e o mundo do trabalho

As transformações estruturais no mundo do trabalho dizem respeito a um processo histórico de largo espectro que se impulsiona com a inserção do Brasil na globalização a partir da ofensiva neoliberal na década de 1990 e que na década seguinte assumiu novas dimensões.

Por um lado, há uma linha contínua de precarização do trabalho marcada, num primeiro momento, pela explosão do desemprego aberto nas regiões metropolitanas e pela reestruturação produtiva que atingiu o mundo do trabalho no Brasil. A precarização do trabalho aparece como degradação paulatina do estatuto salarial, sendo sua maior expressão, o desemprego de massa.

Outra característica da precarização do trabalho, que emergiu na década de 1990, foi o crescimento da informalização da relação salarial. Enfim, desemprego de massa e informalização assumiram maior intensidade e amplitude na década de 1990, adquirindo um caráter disruptivo num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira e intensificação da concorrência internacional no País.

Ao longo da década de 1990, colocaram-se as linhas-mestras de reorganização do capitalismo brasileiro visando um novo modelo de acumulação capitalista em substituição ao modelo nacional-desenvolvimentista em crise desde meados da década de 1970. Na verdade, as políticas adotadas, de corte neoliberal, buscaram colocar as bases institucionais para o novo capitalismo brasileiro. Decisões políticas tomadas pelos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, tais como abertura da economia brasileira, estabilização monetária e reforma do Estado, constituíram as bases institucionais capazes de reorganizar a dinâmica capitalista no País.

É sobre os novos pilares do capitalismo brasileiro que se construiu a dinâmica da expansão do capital na década de 2000, quando tornou-se visível a constituição de uma nova precariedade salarial no bojo da reorganização do capitalismo no País. É claro que o cenário internacional da década de 2000 – pelo menos até 2008 – contribuiu para o clima de expansão capitalista no bojo do Estado financiador e investidor. Assim, no plano macroeconômico, diminui em termos relativos o desemprego aberto nas metrópoles por conta do crescimento da economia e reduz-se a informalização do trabalho, embora, como estamos salientando, emergem novas linhas de degradação do trabalho, perceptíveis no plano da natureza do estatuto salarial flexível e da inércia dos rendimentos do trabalho.

Deste modo, a década de 2000 no Brasil irá explicitar no bojo da nova precariedade salarial, novas dimensões da precarização do trabalho num cenário de novos investimentos e expansão da economia brasileira. De certo modo, para certas categorias de trabalhadores assalariados, como por exemplo, metalúrgicos e bancários, o problema não é falta de emprego, mas o emprego que se tem, marcado pela flexibilidade. Consolidam-se novos coletivos laborais nas grandes empresas, com seus locais de trabalho reestruturados, enfim, com um novo perfil técnico-profissional e cultural dos novos operários e empregados, como salientamos acima.

Portanto, a reestruturação produtiva do capital não se esgotou na década de 2000, mas assumiu uma nova feição, adquirindo não apenas caráter tecnológico-organizacional, mas principalmente sociocultural, no sentido da disseminação de novas práticas de gestão e novos valores de trabalho sob inspiração do toyotismo (ALVES, 2011). A nova precariedade salarial que emerge na

década de reorganização do capitalismo brasileiro caracteriza-se por um local de trabalho reestruturado, tanto em sua dimensão sóciomorfológica com as novas tecnologias informacionais, com a organização do trabalho de cariz toyotista e com a relação contratual flexível da força de trabalho; quanto em sua dimensão sócio-humana com o surgimento de um coletivo de jovens homens e mulheres trabalhadores impregnados com novos sonhos, expectativas e aspirações de vida e trabalho.

No plano da macroeconomia do trabalho, percebe-se sinais deveras contraditórios que apontam, por um lado, para a redução relativa da informalização da força de trabalho e do desemprego total e, por outro lado, para a estagnação (ou crescimento medíocre) dos rendimentos médios da força de trabalho empregada, com a persistência de sua alta rotatividade (apesar do crescimento da massa salarial). Ao mesmo tempo, observa-se a adoção ampliada do modelo de “acumulação flexível” sob o espírito do toyotismo num cenário de incremento extraordinário da produtividade do trabalho dada pela introdução de novas tecnologias informáticas e informacionais nos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Deste modo, as virtualidades do neodesenvolvimentismo expressas pela melhoria dos indicadores do mercado do trabalho são contrabalançadas efetivamente pela persistência da degradação das condições de trabalho no tocante ao aumento da intensificação do ritmo do trabalho e da jornada laboral, com a redução do tempo de vida a tempo de trabalho, sob a intensa pressão da concorrência, dada pelos traços estruturais da nova precariedade salarial flexível (redundância e intermitência).

ALVES, G. The new morphology of work in Brazil at the 2000's. *Perspectivas*, São Paulo, v.39, p.155-177, jan./jun. 2011.

■ **ABSTRACT:** *The purpose of the text is to expose the elements of the new morphology of organized labor in Brazil, in the socio-historical context of the reorganization of capitalism. To do so, some indicators of the work market in the last two decades are presented, emphasizing the main characteristics of the process of job insecurity experienced in the country. If the 1990s in Brazil were marked by the growing unemployment and informal employment relations, the decade of 2000, mainly from 2003 on, is mostly known by the flexible nature of employment and work*

organization, boosted by the scenario of capitalist economy expansion.

■ **KEYWORDS:** *Brazilian capitalism. Precariousness. Unemployment. Labor market.*

Referências

ALVES, G. *Trabalho e Subjetividade – O “espírito do toyotismo” na era do capitalismo manipulatório.* São Paulo: Boitempo, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Anuário do trabalhador.* São Paulo, 2009.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro.* Livro 10. Brasília, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Perfil do trabalho decente no Brasil.* Brasília, 2009.

TAPSCOTT, D. *Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da geração Net.* São Paulo: Makron Books, 1999.

VENCO, S. Centrais de teleatendimento: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo, 2009. p.153-171.